



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 8, v. 1 nov.2017.-abr. 2018

p. 396-417.

Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans¹

Júlia Clara de Pontes²

Cristiane Gonçalves da Silva³

RESUMO: O presente artigo busca lançar olhares mais atentos aos processos de agenciamento de corporalidades dissidentes em relação às normas de gênero nas trajetórias e percursos de pessoas trans, tomando tal categoria como espaço de articulação de experiências e narrativas múltiplas. Trata-se, portanto, de desmontar a imagem de um corpo natural frente às práticas culturais que encerram o dualismo natureza-cultura, abrindo caminhos para compreender como se articulam as (des)continuidades entre sexo-gênero e desejo, junto a outros marcadores sociais de diferenciação. Tomamos como pontos centrais as noções de *cisnormatividade e passabilidade*, empregadas pelas(os) interlocutoras(es) como categorias para reflexão e enunciação sobre os processos de transição de gênero, buscando apreender a força normativa de regulação de gênero sobre as corporalidades/subjectividades junto aos diferentes usos e significados de tecnologias hormonais e prostéticas que atuam na produção de posições de sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: corpo; transexualidade; cisnormatividade; gênero; passabilidade.

Abstract: This article seeks to throw more attention to the processes of agency of dissident corporalities in relation to the gender roles in the trajectories and paths of trans people, taking this category as an articulation space of experiences and multiple narratives. It is therefore a question of dismantling the image of a natural body in face of the cultural practices that enclose the dualism nature-culture, opening ways to understand how the (dis)continuities are articulated with sex-gender and desire, together with other social markers of differentiation. We take as central points the notions of cisnormativity and passability, used by the interlocutors as categories for reflection and enunciation on the processes of gender transition, seeking to apprehend the normative force of the gender regulation on the corporalities/subjectivities with the different uses and meanings of hormonal and prosthetic technologies that act in the production of subject positions.

Keywords: body; transsexuality; cisnormativity; gender; passability.

1 O artigo aqui apresentado resulta de um recorte analítico do material produzido no processo de trabalho da pesquisa de Iniciação Científica As intermediações entre as dimensões online e offline nas trajetórias e percursos trilhados por pessoas transexuais, como bolsista CNPq (edital PIBIC UNIFESP 2015/2016). O trabalho foi realizado entre junho de 2015 e junho de 2016 e contou com a participação de cinco pessoas trans como interlocutoras do processo de pesquisa e, portanto, desta escrita. Aqui agradecemos a ela e eles, nomeados no estudo como Nara, Gael, Caio, Arthur e Marcos, uma ficção que permite o sigilo ético. Agradecemos também a mediação feita por Regina Facchini, que tornou possível parte dos encontros. E que, oxalá, possamos compor, de algum modo, com a resistência para existências dignas.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Campus Baixada Santista), Instituto Saúde e Sociedade. Integrante do Laboratório Interdisciplinar Ciências Humanas, Sociais e Saúde da UNIFESP.

³ Professora Adjunta IV da UNIFESP - Instituto Saúde e Sociedade do campus Baixada Santista, Departamento Políticas Públicas e Saúde Coletiva; Co-coordenadora do Laboratório Interdisciplinar Ciências Humanas, Sociais e Saúde e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS.

Recebido em 03/09/17

Aceito em 24/10/17



PERIÓDICUS

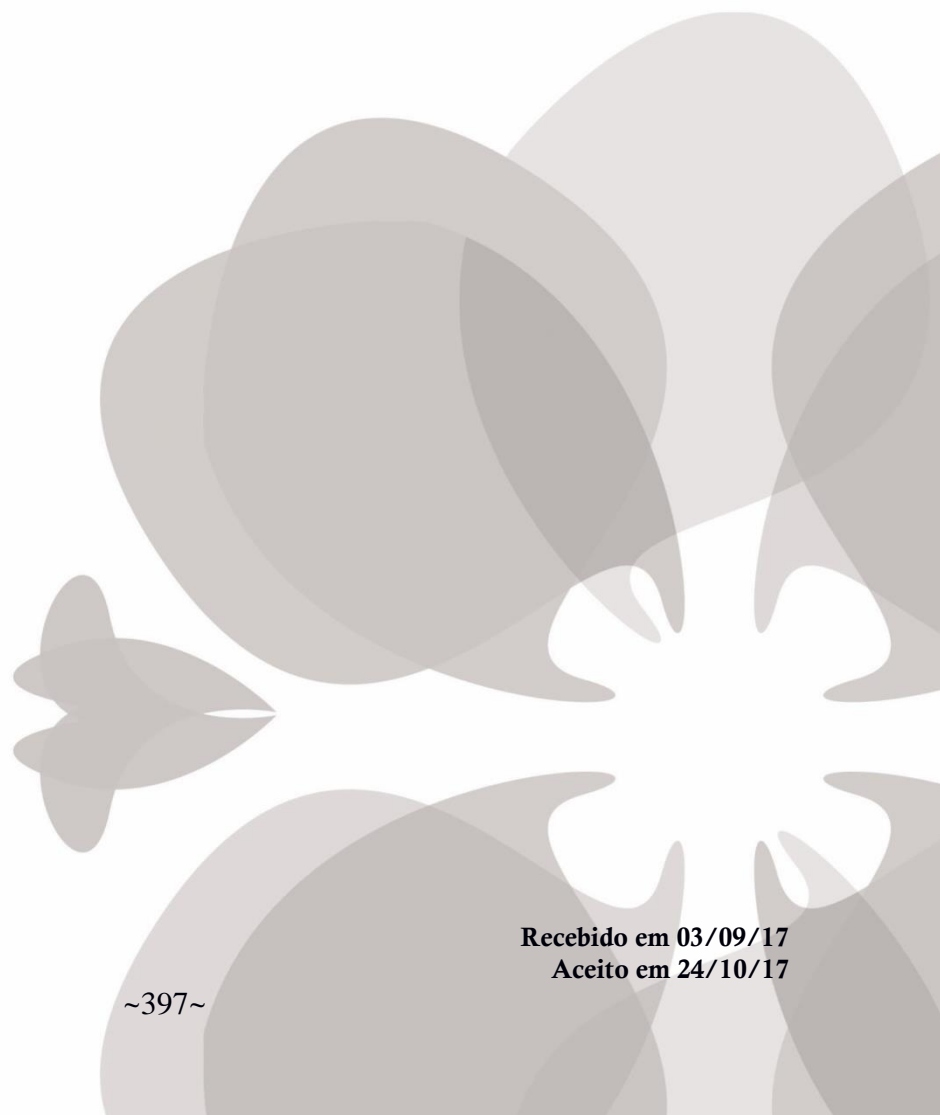
ISSN: 2358-0844

n. 8, v. I nov.2017.-abr. 2018

p. 396-417.

Resumén: El presente artículo busca lanzar miradas más atentas a los procesos de agenciamiento de corporalidades disidentes en relación a las normas de género en las trayectorias y caminos de personas trans, tomando tal categoría como espacio de articulación de experiencias y narrativas múltiples. Se trata, por lo tanto, de desmontar la imagen de un cuerpo natural frente a las prácticas culturales que encierran el dualismo naturaleza-cultura, abriendo caminos para comprender como se articulan las (des)continuidades entre sexo-género y deseo, junto a otros marcadores sociales de diferenciación. Tomamos como puntos centrales las nociones de cisonormatividad e pasabilidad, empleadas por las(los) interlocutoras(es) como categorías para reflexión y enunciación sobre los procesos de transición de género, buscando apreender la fuerza normativa de regulación de género sobre las corporalidades/subjectividades junto a los diferentes usos e significados de tecnologías hormonales y prostéticas que actúan en la producción de posiciones de sujeto.

Palabras clave: cuerpo; transexualidad; cisonormatividad; género; pasabilidad.



Recebido em 03/09/17
Aceito em 24/10/17

1. Debates preliminares

As reflexões aqui traçadas orientam-se pelas vivências e relatos de pessoas situadas no conflito com as normas de gênero que operam pela suposta linearidade regulatória entre ‘sexo biológico’ e identidade de gênero, definindo superfícies de subjetivação que têm nas formas homem-pênis e mulher-vagina seu paradigma de produção/controlado. Somos convocadas (e convocamos) a um pensar-outro, situado junto às trajetórias de pessoas que, declaradas trans⁴, percorrem e negociam categorias de sujeito, agenciando ontologias corporais que desenharam um campo amplo e aberto de tensionamentos, recusas e (re)apropriações semióticas, afetivas e tecnológicas (prostéticas), na busca por compreender como os regimes de inteligibilidade de gênero se projetam nas relações de sociabilidade, definindo critérios de reconhecimento social e legitimidade que recaem sobre as corporalidades/subjetividades não-lineares e distribuem diferencialmente a precariedade (BUTLER, 2013, 2015; PRECIADO, 2008).

No âmbito das alianças teórico-conceituais que nos sustentam, elegemos a noção de ‘corporalidades’ como eixo da discussão, assumindo não apenas posições epistemológicas estratégicas, mas uma aposta política frente a narrativa fictícia, normativa e universalizante da categoria sexo situada na relação corpo-natureza (HARAWAY, 2004). Trata-se de desmontar, atravessando e compondo com a processualidade que caracteriza nosso trilhar, os efeitos da chamada pré-discursividade no corpo, que supõe a tarefa estreita de mapear a inscrição dos significados partilhados na cultura, ensejando caminhos para compreender como se articulam as (des)continuidades entre sexo-gênero e desejo no interior de relações de poder, junto a outros eixos de diferenciação social, tal como raça/etnia e classe (VERGUEIRO, 2015).

Se as epistemologias feministas, historicamente, serviram-se do sistema sexo/gênero como projeto contingente ante a urgente desnaturalização das experiências de mulheres e da própria categoria mulher⁵, justificadas nos termos da diferença sexual, ao atualizar a dicotomia entre termos binários e em oposição que estrutura o pensamento ocidental – natureza e cultura – tal formulação impôs limites para a historicização da natureza e do corpo, dificultando uma contextualização de ambos como produtos de relações de poder social e historicamente situadas, e estreitando o limite de compreensão das narrativas de gênero não-coerentes, ou seja, aquelas nas quais o gênero não

4 Categoria utilizada pelas(os) próprias(os) interlocutoras(es) de forma polissêmica.

5 Especificamente sobre mulheres cisgêneras (não-trans).



decorre diretamente do sexo, definindo os corpos trans sempre pela via da incongruência (HARAWAY, 2004).

Ao nos debruçarmos sobre as transições de gênero, o diálogo com os estudos *queer*, aliado à outras contribuições teóricas, parece viabilizar um pensar situado frente ao desafio epistêmico que identifica no registro natureza/cultura, reiterado no sistema sexo/gênero, um limite para a reflexão sobre as narrativas de gênero não-coerentes e, especificamente, sobre o regime normativo pelo qual a coerência está sempre em vias de se realizar. É diante do ‘nó’ da coerência que empregamos as categorias de cisnormatividade e passabilidade como analíticas das regulações de gênero, a fim de oportunizar leituras teóricas corporificadas que, mediante questionamento do corpo como dado natural, buscam traçar os efeitos das relações de poder na materialização dos corpos (BUTLER, 2003; BAGAGLI, 2016).

2. ‘Cis’ e ‘trans’: localizações da diferença pela linguagem

No intercurso de uma conferência⁶ que buscava articular perspectivas múltiplas sobre diversidade sexual e de gêneros, um dos participantes questiona a utilidade do prefixo ‘cis’, derivado da palavra cisgênero, que vem se tornando parte do léxico empregado para arquitetar reflexões no âmbito das políticas de gênero. Em réplica à crítica, outra participante defende: “*o termo cis não foi inventado por pessoas trans, pelo contrário, foram pessoas não-trans – cis – que ao nomear pessoas transexuais em uma cultura que opera em termos binários e em oposição, delimitaram sua existência*”. A cena marca um embate que, na sua especificidade, confere centralidade ao emprego dos prefixos ‘cis’ e ‘trans’ e suas implicações, o que nos impele a compreender seu emprego como parte do escopo de categorias que estruturam e conferem sentidos às narrativas das(os) interlocutoras(es) de pesquisa ante os processos de diferenciação que circunscrevem condições de enunciação localizadas (LOURENÇO, 2017).

Seguindo a definição de Arthur, que se localiza no espectro das transmasculinidades, o uso do prefixo ‘trans’ torna viável uma localidade específica, “*uma forma de não me dizer homem cis (risos) só isso. Eu não sou homem cis*”. Afirmar-se homem trans é estabelecer ou recuperar uma posição diferenciada de sujeito, postulada pelos prefixos que se tornam referência linguística dessas localizações. Nara, identificada enquanto mulher transexual, por outro lado, qualifica o prefixo

6 1ª Conferência SSEX BOX & Mix Brasil no 23º Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade, ocorrida de 18 a 22 de novembro de 2015, na cidade de São Paulo.



‘trans’ e critica exatamente a visibilidade que confere à diferença pelo registro do genital: “a diferença da mulher cis para a mulher trans é o genital com o qual ela nasceu, então, para quê contar com qual genital eu nasci?”. Ela questiona, assim, uma aparente obrigação em definir-se nesses termos. O uso dos prefixos de forma relacional, como distinção que enfatiza a não equivalência, ressalta a relação entre diferenciação e linguagem, uma vez que é mediante atos linguísticos que a diferença é significada ou, em outras palavras, “é apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença enquanto tais” (SILVA, 2014, p.77). Faz-se importante reconhecer, contudo, os diferentes significados atribuídos à diferença entre as(os) interlocutoras(es).

Se para Arthur o prefixo ‘trans’ denota uma possibilidade de circunscrever outra posição de homem, fora do eixo cisgênero, para Nara, ao contrário, o prefixo parece delimitar uma marca específica a ser suprimida. É preciso compreender, contudo, que a depender das circunstâncias, as categorias mulher/homem costumam dispensar o prefixo ‘cis’ quando remetem a pessoas ‘não-trans’⁷, sugerindo que a dinâmica de diferenciação é, sobretudo, contextual. Quando retomamos a cena da conferência descrita acima, localizamos na réplica uma referência crítica a categoria clínica transexual⁸ como parte da nosografia psiquiátrica nos manuais classificatórios elaborados/utilizados pelos saberes médicos e ‘psi’ (psicologia, psiquiatria e psicanálise), tese desenvolvida, dentre outros autores, por Berenice Bento (2014) e Leite Junior (2011). Trata-se de um processo de diferenciação que decorre na captura das vivências inconformes em uma narrativa fixa, que aglutina pressupostos quanto à sua gênese, tipologia e formas de intervenção-terapêutica, revelando que a ação de “*marcar a diferença não pode ser separada das relações mais amplas de poder*” (SILVA, 2014, p.81).

Reconhecer o dualismo que organiza o uso dos prefixos ‘cis’ e ‘trans’ demanda, portanto, compreender a unilateralidade com que operam no processo de diferenciação, que relega ao inominável o prefixo ‘cis’ ainda que implicado como norma de referência no ato de definição que classifica pessoas como ‘trans’. A especificidade da patologização das vivências de pessoas trans (transexuais, travestis, transgêneros) torna explícita a operação normativa que atualiza como saudável a vivência de gênero ‘cis’, ou seja, cisgênera, reiterando a posição de ‘outro’ de pessoas trans. As normas são mais perceptíveis aos que se encontram em suas fronteiras, pois elas em si não são marcadas enquanto tais, dado que a força da identidade ‘normal’, ‘natural’ é equivalente à sua invisibilidade (BAGAGLI, 2016; SILVA, 2014)

7 Importante situar que o termo ‘não-trans’ empregado no texto tem efeitos descritivos, ressaltando a não simetria política entre as categorias ‘cis’ e não-trans, que revelam formas distintas de marcar a diferença.

8 Categoria utilizada no DSM-III e CID 10, substituída por disforia de gênero (F.64) no DSM-V.



Não obstante à produção da diferença que se expressa nos termos em debate, uma questão ganha contorno: como a economia simbólica se liga à produção e significação do corpo em termos de gênero?

Quando Nara afirma que “a diferença da mulher cis para a mulher trans é o genital com o qual ela nasceu” e questiona “para que contar com qual genital eu nasci?”, deixa vislumbrar como a diferença linguística marcada pelos prefixos atravessa a (sua) carne. Na medida em que os discursos habitam os corpos, a relação entre prefixo e genital nos remete a processos que convertem determinadas partes dos corpos em definidores de gênero e, mais adiante, em definidores de sujeitos ‘trans’ e ‘cis’ (LOURO, 2013). Trata-se não de uma suposta linearidade genital-gênero em ambas as definições de sujeitos ‘trans’ e ‘cis’, mas de compreender como se articulam e operam os eixos de diferenciação de forma contingente e contextual. Se a relação entre sexo biológico e gênero, ao impor a experiência cisgênera como referência, produz a transgeneridade pela suposta incongruência entre ambos, a necessária repetição nos atos que instituem a aparência de substância do gênero criam as condições para sua falibilidade (BUTLER, 2013).

Gael, ao afirmar que “há pessoas que não são tão cisgêneras assim”, como suas “amigas cis e hétero” que “não se encaixam dentro dessa identidade feminina”, sinaliza a problemática sobre a linha tênue entre pessoas cis e trans: “será que tudo não é a mesma coisa, mas em escalas diferentes? Talvez todo mundo seja mais parecido do que imagina”. Existem experiências fronteiriças que perturbam o código binário (cis-trans), desfazendo a noção de um sujeito que sucumbem simples e definitivamente às definições de um suposto ‘eu’ substancializado e coerente de gênero, expondo atravessamentos de forças que ordenam a compreensão em um conjunto mais estratificado, e fluxos que oportunizam novas singularizações, explicitando tanto os limites dos termos utilizados, mas também a sua força enquanto normatividade. Sendo assim, cabe-nos olhar para as forças que, de um lado, tendem a fixar a diferença - produzindo subalternidades -, e, de outro, para os processos que atuam desestabilizando-as pela subversão (BUTLER, 2003; SILVA, 2014).

3. Transições: tecnologias de gênero/sexo na produção de corporalidades

A categoria êmica ‘transição’ é central para pensar o corpo como superfície flexível e vai ganhando destaque na medida em que permite passar ao registro maleável no qual contornos corporais, que se traduzem em diferenças de gêneros, são agenciados pelas(os) interlocutoras(es).



Se, como afirma Scott (1989, p.21), “*gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*”, questionamos: como os corpos são afetados e agem no limite de tais regimes de leitura social? Irrompe um conjunto de tecnologias, técnicas e saberes que revelam o contra-investimento ante a linearidade do sexo-gênero, intrincados em uma economia semiótica e afetiva que confere materialidade a recusa do corpo como objeto fixo e estável, como expõe Nara:

Eu comecei a tomar Androcur⁹ com 18 anos mais ou menos, porque aí não sei se foi à época da puberdade, ou se foi o uso errado de hormônio. Foi na época da Perlutan¹⁰ que mais apareceu traços masculinos em mim. Aí eu comecei a tomar Androcur, eu trabalhava em bufê e comprava pela internet (Nara, mulher trans, 26 anos).

Os itinerários de Nara expõem os limites da própria puberdade enquanto protocolo biológico universal e irremediável, revelando a flexibilidade do corpo pelo uso de substâncias hormonais diversas, que constituem os termos de uma narrativa encarnada: “*os relatos desses blogs era de que o Androcur tombava a neca¹¹, e eu pensava ‘o meu já é tombado (risos)’ aí eu não tomava Androcur. Hoje em dia eu tenho pelo na perna, que era lisinha. Minha voz era fininha*”. Fármacos produzidos e comercializados para determinados fins clínicos, investidos do discurso biomédico que opera pela diferença sexual (como no caso dos anticoncepcionais), são re-apropriados pela interlocutora, traduzidos em termos como voz, seios, gordura, pelos, dentre outros que constituem sua corporalidade. O receituário hormonal evidencia uma ordem tecnológica de produção e gestão do gênero, na qual masculinidade e feminilidade emergem como índices técnicos implicados na elaboração, normalização e transformação de ficções somáticas, termo que sublinha o caráter de produção performativa de qualquer corporalidade/subjetividade. Nessa perspectiva, gênero – ou ‘tecnogênero’ – diz sobre um “*conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, quirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas e cibernéticas que constituyen performativamente a materialidade dos sexos*” (PRECIADO, 2008, p.86).

O enredo de Nara nos permite apreender as relações contextuais a partir das quais são re-atribuídos significados às substâncias hormonais por ela utilizadas:

Eu sofria um bullying, não um bullying pesado, as meninas zoavam comigo porque eu não tinha peito, e não eram as meninas trans não, eram as meninas cis. Aí eu comecei a pesquisar os hormônios,

9 **AndrocurTM**: composto hormonal (acetato de ciproterona) com efeito antiandrogênico que inibe a ação do hormônio testosterona pela competição dos seus receptores.

10 **PerlutanTM**: solução injetável composta de 150 mg de algestona acetofenida e 10 mg de enantato de estradiol, indicada como contraceptivo, repositor hormonal e para controle de irregularidades menstruais.

11 Termo utilizado para se referir ao genital (pênis).



só para ter peito, a princípio, sabe? Aí eu tomava ciclo 21¹² e não nascia peito, eu tomava Elamax¹³ e não nascia peito. Nada nascia peito, eu ficava frustrada. Aí deu pelo na minha perna e não nasceu peito. Comecei a ficar louca, louca, desesperada, que não nascia peito em mim. Aí foi que me indicaram a Perlutan [...] em exatamente 30 dias desenvolveu glândulas mamárias em mim, eu não conseguia nem mais dormir de braços de tanto que doía (Nara).

A noção de *bullying* descreve um emaranhado de cenas que atualiza um ideal de corpo feminino, definindo parâmetros para a interpelação de Nara. A autoprescrição hormonal emerge, nesse ponto, como estratégia ante tais interpelações que, ao incidir sobre ela, engendram um anseio ávido diante da urgência em assegurar alguma legitimidade pela via do corpo. Podemos pensar o encontro entre Nara e outras meninas pela força dos ‘corpos verdadeiros’ em relações de diferenciação cotidianas. No relato de Gael, elementos outros nos guiam acerca de tais questões:

Eu vejo os caras aí que estão tomando Duratestoland¹⁴, coisa horrível, é paraguaio, é que nem você fumar um eight¹⁵. Duratestoland alguma coisa, tem um outro, que tem nome parecido, a Renata [companheira] conheceu um cara que ele inchou, inchou com o hormônio, e *não estava ganhando passabilidade nenhuma*, engordou, inchou, ficou coisa esquisita, e os caras tomam esse negócio na loucura, muitas vezes no desespero, várias loucuras que a galera faz durante a transição (Gael, homem trans, 31 anos).

Ao passo que Nara enfatiza os seios como marca específica diante da demanda por reconhecimento, a noção de ‘*passabilidade*’ mencionada por Gael expõe o desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera. A ‘esquisitice’ de um corpo alocado em um circuito hormonal clandestino, e o emprego dos termos ‘enlouquecer’, ‘desespero’ e ‘loucura’ por Gael como descritivos da transição, tecem o contexto no qual a produção de corporalidades é atravessada pelo conflito com expectativas normativas, localizadas também por Caio quando se refere aos espaços dos grupos virtuais no Facebook que reúnem pessoas trans em uso de hormônios: “*tem bastante essa competição, as pessoas postam fotos dos resultados. E isso é meio foda, porque acaba impondo as pessoas a tomarem os hormônios, todo mundo fica nessa loucura de querer tomar hormônio. Vira uma corrida de hormônio*”.

Ao estabelecer como objetivo último da transição a possibilidade de ‘passar por cis’, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos

12 **Ciclo 21™**: composto hormonal (levonorgestrel e etinilestradiol) indicado como contraceptivo oral e para o controle de irregularidades menstruais.

13 **Elamax™**: composto hormonal (acetato de ciproterona e valerato de estradiol) indicado como contraceptivo oral e para o controle de irregularidades menstruais.

14 **Duratestoland™**: composto hormonal com base de testosterona, utilizado também como anabolizante.

15 **Eight**: marca de cigarro produzido no Paraguai e comercializado no Brasil geralmente de forma irregular, ilícita.



corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia. O uso de hormônios ganha contornos em um cenário que intensifica competições e atualiza relações de poder, como se apresenta na fala de Arthur:

Nessa página... e eu vi mais para ver fotos de outros homens trans já transformados, para eu pensar ‘nossa, isso pode acontecer comigo’, e eu ficava animado. Próximo da hormonização, quando eu estava muito ansioso, eu parei de ver, parei de ver vídeo, parei de ver tudo porque eu.... aquilo me gerava ansiedade, aí eu comecei a migrar para grupos de discussão (Arthur, homem trans, 32 anos).

As corporalidades se inserem em uma malha de afetos que dão forma à sua existência. Para Arthur, acompanhar o registro de outros homens trans ‘já transformados’ – descrição em termos finais – serviu tanto como ampliação das suas potencialidades corporais quanto como estimulante de expectativas em torno dos resultados sobre sua própria transição. Os roteiros vividos pelas(os) interlocutoras(es) reverberam nas noções de corpo, subjetividade e tecnologia, definindo o gênero não como um sistema fechado de poder, ou como um conjunto de significados culturais que recaem sobre a matéria passiva, mas antes como um “conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais” (PRECIADO, 2011, p.14).

A reapropriação dos dispositivos mencionados acima por Preciado como parte da vivência de gênero, como é o caso dos hormônios citados pelas(os) interlocutoras(os), realoca processos implicados na produção de corporalidades, de modo que se “o corpo straight é o produto de uma divisão do trabalho da carne” e “implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus” (PRECIADO, 2011, p.12), a existência de outras ontologias corporais implica em novos investimentos, de tal modo que tanto a normalização e standardização quanto as possibilidades de resistência dependem “da circulação em grande velocidade do fluxo de silicone, fluxo de hormônio, fluxo textual, fluxo das representações, fluxo de técnicas cirúrgicas, definitivamente, fluxo dos gêneros” (ibidem, 2011, p.13).

Outra dimensão é também relevante para compreender o fluxo dos gêneros descrito por Preciado: o acesso e troca de informações ‘online’ viabiliza conexões que derivam em circulações de imagens, vídeos, dados sobre uso de hormônios e outros elementos hipertextuais que atravessam as relações de gênero e sua vivência corporificada. A dimensão informacional das relações ‘online’, especialmente pela via das redes sociais, propicia outras vinculações, atuando no estabelecimento de redes de trocas (e produção) de informações diversas.



O grupo é muito bom para o lance dos hormônios para quem quer tomar, para você conhecer que existem vários tipos de trans, que trans não é uma única coisa, para você desmistificar essa coisa. Você ouvir vários tipos de relatos, sabe como funciona a transfobia [...] uma outra coisa que me trouxe muitos amigos, foi ver vídeos de caras que estavam se hormonizando, conheci muitos caras de fora, que são caras bem conhecidos, o Buck Angel foi o primeiro de todos (Gael).

A referência a Buck Angel¹⁶ desvela os efeitos implicados na circulação de outros repertórios textuais na dimensão *online*. Ainda em diálogo com Preciado (2014), que retoma os pressupostos de Teresa de Lauretis sobre a produção semiótica do gênero, podemos situar tais circuitos de representação, o que inclui imagens, relatos, dentre outros elementos, como parte de “*um sistema de significação, de modos de produção e de decodificação de signos visuais e textuais politicamente regulados*” de modo que “*o sujeito é ao mesmo tempo um produtor e um intérprete de signos, sempre implicado em um processo corporal de significação, representação e autorepresentação*” (2008, p.83).

Eu comecei a mudar muito isso por causa dos grupos... tem um cara, um ator pornô trans, chamado Chans Armstrong, ele tem um Tumblr¹⁷ - *Not safe for work* – veja na tua casa, de boa, sozinha, ou com alguém muito de boa, entendeu? Que que ele faz? Ele quer fazer um trabalho de empoderamento através da erotização, digamos. Ele abre o Tumblr dele, as pessoas mandam para ele as fotos – foto do que você quiser – genital, foto de você pelado, transando com outra pessoa, qualquer foto, e ele posta. Então, mano, você vê uma variedade de corpos tão bonita, eu fiquei tão bem quando vi aquilo (Gael).

Diante do exposto, a multiplicidade de narrativas, imagens, códigos veiculados ‘*online*’ parece ampliar, nos termos da análise semiótica de gênero proposta por De Lauretis (apud PRECIADO, 2008), as possibilidades de vivência e experimentação de um corpo, questionando limites fixados por outras redes de poder/saber que disputam sua estratificação representativa, o que define a potência dos encontros na dimensão *online* pela possibilidade de novos agenciamentos que atravessam a dimensão das corporalidade. Sobre a especificidade da dimensão *online* dos grupos na rede social Facebook, Caio cita experiências de pertencimento e reconhecimento, engendradas nas relações de intercâmbio de experiências identificadas como comuns entre sujeitos:

Eu tenho meus momentos, eu acho que esses grupos são bem importantes, primeiro para um reconhecimento coletivo, que você reconhece que não está sozinho, que tem mais 4 mil pessoas no grupo que se sentem como você, então um reconhecimento coletivo muito bom. E às vezes as pessoas passam informações muito úteis, mesmo sobre o uso de hormônios, mas também gera muito problema por causa de informação errada que passam nesses grupos [...] já vi gente falando para um menino

16 Buck Angel é um ativista trans, produtor e ator de filmes pornográficos, ícone LGBT. Esteve presente na 1ª Conferência SSEX BOXX, referida anteriormente, quando cedeu entrevista para Carta Capital, discutindo questões centrais para o debate deste artigo (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cminha-vagina-e-poderosa201d-diz-ativista-trans-2278.html>)

17 Tumblr é uma plataforma de blogging que permite aos usuários publicarem textos, imagens, vídeo, links, citações, áudio e "diálogos".



aplicar, um menino falando que ele abre ampola e aplica metade da ampola por semana de Duratestoland (Caio, homem trans, 23 anos).

A apreensão da espacialidade das redes revela uma produção de saberes ‘locais’ encarnados, forjados nas vivências e experimentações de diversos sujeitos com seus corpos, identificando os grupos que reúnem pessoas trans como uma dimensão particular que amplia a circulação de repertórios semióticos, viabilizando redes de suporte afetivo que parecem ancorar determinadas demandas, definindo os atores implicados como “*sujeitos de enunciação e de ação*” (ibidem, 2008, p.84). Ampliando o contexto que situa as transições de gênero, a noção de passabilidade referida, que permeia as interações e mesmo o emprego de tecnologias de gênero, denuncia uma regulação normativa sobre ontologias não-coerentes, tornando-se central para continuidade das nossas reflexões.

4 Reverberação das normas nas margens: cisnormatividade e passabilidade

Se as experiências de transição supõem um jogo sinuoso e intenso com as normas de gênero, tensionando a linearidade corpo-sexo-gênero pelo fluxo descontínuo das ontologias não-lineares, é urgente investigar como as exigências normativas se rearticulam diante do necessário controle das dissidências a fim de manter seus termos de referência.

Acho que grande parte do conforto vem também do fato que homens trans ficam mais passáveis, porque a testosterona é mais marcante do que o estrógeno. Então, quem já teve uma alta dose de testosterona no corpo não vai conseguir reverter a maior parte das mudanças, então a maioria dos homens trans que se hormonizam há muito tempo, você vê na rua, é homem, então você consegue se perder no meio da multidão, uma coisa que não costuma acontecer com travestis e mulheres trans. Não sem várias cirurgias que algumas fazem, de modificação facial, de mudar as cordas vocais, são coisas que homens trans geralmente não precisam fazer para se perder (Caio).

Caio fala sobre um processo no qual homens trans ficam mais ‘passáveis’ pelos efeitos da testosterona, que é classificada como ‘mais marcante’ e capaz de induzir o desenvolvimento de características essenciais diante das normas de inteligibilidade de gênero, o que, na dinâmica dos espaços públicos, garante uma possibilidade de segurança ao oportunizar ‘perder-se na multidão’. Os efeitos da testosterona suplantam os efeitos da ação do estrógeno no corpo, processo que se traduz pelo apagamento de determinadas marcas corporais codificadas como femininas, induzindo a incorporação de outras que se conformam ao regime de masculinidade inteligível, como confirma Gael: “*na rua ninguém sabe que eu sou trans, na rua ninguém sabe da minha trajetória, eu não venho com uma plaquinha*”.

Entretanto, antes de configurar uma problemática individual relacionada ao uso de hormônios, o relato nos leva a questionar o regime que efetiva a leitura e identificação



masculino/feminino. O espaço de circulação público parece relevante para a compreensão da experiência de passabilidade, ressaltando que a circulação urbana é regulada por eixos de diferenciação que têm nas normas de gênero um dos seus marcos.

Eu acho que, de certa forma, transmasculinos... o masculino da gente, não é privilégio, não é essa palavra, mas um certo conforto porque a sociedade favorece o masculino, então a gente não está totalmente despido, como as meninas, quando transicionam, elas não têm uma caixinha, um armariozinho, um cantinho para se esconder, e gente ainda tem, de repente... esse conforto, eu não vou dizer que é um privilégio, né? (Arthur).

Quando Arthur fala sobre uma noção de ‘conforto’ presente nas trajetórias de homens trans, ele retoma a passabilidade que é acessada mais rapidamente com uso da testosterona. ‘Perder-se na multidão’ pode ser compreendido como um tipo de reconhecimento de um corpo que, apesar de trans, é lido como ‘não-trans’, e indica que a subversão da leitura social permite escapar de determinadas violências dirigidas aos corpos vistos como não inteligíveis pelas categorias homem/mulher no registro cisgênero, derivando, como propõe Almeida (2012), no acesso à direitos individuais e em um momento de ‘trégua’ na luta pelo reconhecimento da identidade de gênero para determinados sujeitos.

Pelúcio, ao refletir sobre as violências que atingem corpos-travestis no deslocamento pelo espaço público, considera ser *“mais difícil se proteger dos olhares e falas diurnas do que da violência e surpresas da noite”* (2009, p.73). A rua, como espaço de circulação cotidiana, constitui-se diferencialmente pela relação noite/dia, o que dá origem a uma experiência de espacialidade marcada por regras e normas muito distintas que incidem sobre as/os interlocutoras/es, indicando que, à luz do dia, corpos aceitáveis são aqueles que ‘passam’ sem serem reconhecidos não-cisgêneros, o que decompõe a paisagem dos espaços pela estrutura de inteligibilidade que define as condições de sua apropriação pelos sujeitos, relacionando condições de gênero, raça/etnia, classe e localidade. Não ser identificado como trans, nesse sentido, retoma a passabilidade como estratégia de ‘esquiva’ ante a violência que ocorre no espaço público da rua (SILVA, 2013).

A passabilidade, implicada em uma performatividade de gênero, dispõe um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial de gênero no registro de uma matriz heterossexual e cisgênera. Nara narra essa dimensão performativa: *“no trabalho... tinha gente que sabia, tinha gente que não sabia. Tinha gente que achava que era boato. Na época eu me cuidava, tomava cuidado. Não andava com essa cara toda zoada”*. Indicam-se, assim, práticas cotidianas implicadas na produção e manutenção de uma determinada corporalidade, um policiamento constante das fronteiras a fim de suprimir todo traço ambíguo que expusesse o trânsito de gênero



frente às normas de inteligibilidade, comunicando os possíveis riscos da não inteligibilidade naquele contexto (BUTLER, 2015; LOURO, 2013)

A racialização das corporalidades nos alerta para a delimitação estrita das experiências de passabilidade no eixo unitário de relações de gênero, demandando uma contextualização capaz de complexificar a análise diante do entrecruzamento de diversos eixos de diferenciação nos regimes de leitura social. Nessa direção, Gael chama a atenção para as marcas de raça/etnia na relação com a passabilidade: *“Eu já conheci muita pessoa não-branca que quer ter uma aparência andrógina, e essa pessoa ouvir que não, porque a androginia é branca. Eu ouvi muito isso, no começo da transição isso foi muito pungente, até a androginia é branca, engraçado, né?”* A alocação da androginia como possibilidade corporal marcada pela raça/etnia coloca em evidência que determinados traços lidos pela sobreposição de elementos tidos como femininos e masculinos estão implicados em leituras racializadas, o que indica uma diferenciação em relação de interdependência. O que nos leva a questionar: quais os efeitos da racialização da experiência de passabilidade?

Gael nos dá outras pistas pelo seu percurso singular: *“Se antes eu tinha medo do estupro, de determinadas violências como mulher negra... depois da transição eu tenho mais medo da polícia”*. A experiência específica de racialização de um corpo negro, marcado pela passabilidade, pode tanto produzir um efeito de esquivar diante de determinadas violências que identificam no corpo trans o alvo, quando oportunizar outros embates, como no caso da polícia que, ao focar em corpos masculinos jovens e negros o traço de uma suspeita criminal, torna-se um risco possível na experiência de circulação espacial pública do corpo do interlocutor. O relato, portanto, ancora a complexidade que o corpo ‘passável’ pode assumir, em termos de posição de sujeito, relações distintas, sem assumir a passabilidade como status de segurança plena.

Da espacialidade pública das ruas ao ciberespaço das redes sociais, Arthur indica como tais circuitos atualizam parâmetros pelos quais as corporalidades são valorizadas em hierarquias. No âmbito da rede social Facebook, ele afirma: *“Você pode perceber que um cara gordo que toma hormônio há 10 anos, tem cinco likes, e um cara... Bernardo¹⁸, por exemplo, ele não toma hormônio, não fez a cirurgia nada, mas ele é um palito de magro, branquinho, bonitinho”*. Entram em cena modos de se relacionar e pedagogias culturais que reiteram a padronização dos corpos pela centralidade da figura do macho-branco-magro, que circula no ciberespaço. As falas de Arthur e Gael

18 Referência à figura pública trans, com perfil online nas redes sociais.



nos ajudam a pensar em como a atribuição de valor aos corpos é contextual, dimensionada por um conjunto variável de marcadores e demais fatores que operam nas diferentes dinâmicas de interação.

As trajetórias aqui em diálogo colaboram para localizarmos as experiências de passabilidade em um quadro de negociação constante, que reitera o caráter performativo da experiência de gênero, cujos *“conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino em um jogo muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero”* (BENTO, 2014, p.60). Entretanto, para além de elementos como roupas, acessórios, colocação da voz, a experiência de passabilidade se constitui também pela utilização de tecnologias e técnicas que, em última análise, produzem o que Preciado chama de *“processos de incorporação de sexo e de gênero”* (2007). O que tais experiências expõem, portanto, não são unicamente ‘performances’, mas *“transformações corporais físicas, sexuais, sociais e políticas que ocorrem não no palco, mas no espaço público”* (idem, 2007, p.53).

Como pontua Gael: *“foi ali [grupos online] que eu aprendi que, quando uma pessoa fala você nem parece que é trans, não é um elogio, é uma coisa horrível de se falar”*. Assim, se passabilidade indica o apagamento de traços e outros aspectos que se situam na fronteira do gênero, dizer que alguém ‘não parece trans’ pode significar, por outra via, a desvalorização de estéticas lidas pelo registro da diferença em relação às pessoas cisgêneras, atualizando a potência da norma para definir o desejável para um corpo. O que está em jogo, portanto, é uma norma regulatória que organiza o regime de leitura social dos corpos/sujeitos com base em uma matriz de gênero, definindo condições de reconhecimento e legitimidade.

Viviane Vergueiro (2015), ao defender a cisnormatividade enquanto categoria analítica das relações de gênero, descreve-a a partir de três aspectos, sejam eles: a pré-discursividade, a binariedade e a permanência (ou imutabilidade) dos gêneros. A cisnormatividade opera, portanto, inscrevendo como pré-discursivas as marcas corporais relacionadas ao ‘sexo biológico’, tomando-as posteriormente como critérios naturais e objetivos para definição do sexo-gênero; pela noção de que os corpos, se normais, terão seus gêneros definidos a partir de duas alternativas, sendo elas: macho/homem, fêmea/mulher, associação entre ‘sexo biológico’ e ‘gênero cultural’; e permanência, que se refere à continuidade e persistência da identificação de gênero designada com base no sexo ao longo da vida, avaliada pela reiteração das expectativas de gênero associadas aos homens e às mulheres.

Butler contribuiu fortemente para consolidação de reflexões críticas sobre a divisão sexo/gênero, propondo uma desnaturalização da diferença sexual pela indagação da categoria ‘sexo’



no seu pressuposto de naturalidade e neutralidade (pré-discursividade). A definição macho/fêmea, ao inscrever na díade masculino/feminino determinadas características corporais, antes de indicar uma leitura neutra e objetiva do corpo, revela “*a remodelação da matéria dos corpos como efeitos de uma dinâmica de poder, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização*” (2003, p.155). O ‘sexo’ seria não um conjunto de características que alguém possui, mas uma das normas pelas quais o ‘alguém’ é produzido.

Nesse contexto, a experiência de passabilidade é reveladora de um registro normativo que lê corpos como inteligíveis na medida em que estes agenciam marcas corporais (características relacionadas ao sexo: seios, estrutura corporal, pelos, dentre outras) com vistas à reiteração performativa da linearidade sexo-gênero. As corporalidades que escapam pela descontinuidade tendem a tornar-se abjetas, habitando as zonas inóspitas da vida social, o que situa a experiência de passabilidade de forma dupla: como imposição e exigência normativa no registro cisgênero e como estratégia de segurança frente a situações de violação, derivando outros questionamentos. De um lado, a noção de passabilidade permite apreender possibilidades de agência que, embora restringidas pelas normas, ensejam uma esquiva diante da abjeção e parecem questionar a perspectiva que toma as corporalidades trans como invariavelmente subversivas, enfatizando o caráter contextual da dissidência e das correlações centro-margem nas normas de gênero; e, por outro lado, nota-se a interação entre classe/raça/etnia e outros marcadores na definição de quais sujeitos alcançam a passabilidade, delimitando o acesso a recursos simbólicos, afetivos, técnicos que maximizam/minimizam condições agenciamento. Como viabiliza o questionamento de Gael: “*A sua classe vai determinar como a sua transição vai ser, é isso... eu vejo os caras que ficam 10 anos na fila do SUS, caras que não têm condição financeira, o pessoal periférico, às vezes o pessoal que viaja do interior para ir até o SUS, é totalmente diferente*”. Os itinerários são múltiplos, indicando que as experiências organizadas em torno da categoria trans são diversas e, portanto, demandam outros vieses de reflexão para romper com o pressuposto identitário de homogeneidade.

Para além dos espaços públicos como a rua, as interações no registro afetivo-sexual revelam as dinâmicas de reverberação da passabilidade nas narrativas trans.

Disforia genital eu nunca tive, nunca liguei, minha disforia genital foi social, era com relação a ter medo da rejeição, com medo da rejeição que aquele genital poderia me causar, de ver vários homens trans sendo trocados por homens cis, da mina falar que está faltando alguma coisa, já vi amigos, já aconteceu comigo, inclusive, de ser abandonado, ‘Ah não, eu quero um pau que goze (Gael).



Disforia, como termo médico-psiquiátrico que compõe parte do quadro diagnóstico de disforia de gênero no DSM-V¹⁹, é utilizada para circunscrever a experiência de desacordo, associada a um sofrimento clínico substancial em relação a alguma parte do corpo, especificamente os genitais e caracteres secundários. Chama a atenção que tal termo apareça ressignificado na fala de Gael, indicando os receios ante a possibilidade de rejeição nas relações afetivo-sexuais. Ser homem e possuir uma vagina implica em uma descontinuidade com efeitos sobre a vivência do desejo no âmbito da sexualidade. As identidades gay e lésbica parecem reiterar a continuidade sexo-gênero, na medida em que exigem uma relação linear entre a materialização de um sexo e uma identidade de gênero que conferem, ainda que na contramão da heterossexualidade, veracidade ao desejo/prática por uma outra pessoa do mesmo sexo/gênero. A existência de corporalidades trans, nessa relação, parece expor tensionamentos sobre a legitimidade e a coerência de tais identidades.

A experiência de ser trocado por homens ‘cis’ que possuem ‘um pênis que goza’ nos indica que alguns corpos são mais legítimos no âmbito sexual-afetivo, em detrimento de outros, como derivação da expectativa de uma prática sexual que associa sexo-gênero. É possível apreender da experiência de Nara: *“Quando eu tinha 17 anos, tinha um cara que eu fiquei, que falou que eu tinha que aceitar ele me trair com mina cis, porque ele gostava de vagina. Então enquanto eu não operasse... aí eu também nem dei continuidade, eu não dou abertura para essas coisas”*. Ou seja, um cisgênero atualizou uma relação desigual em termos de valor que se expressa pela relação público/privado, demandando da interlocutora, na cena que descreve, uma sujeição ao desejo do parceiro que torna evidente o poder que os ‘corpos de verdade’ possuem para legitimar as identidades sexuais, práticas e prazeres.

Bagagli (2017), ao empreender uma reflexão sobre a relação posta entre identidade de gênero e orientação sexual no registro da heterossexualidade e cisgeneridade como normas, reflete sobre os limites do corpo transgênero para ancorar uma verdade plena em relação tanto à heterossexualidade quanto a homossexualidade enquanto identidades, pela suposta subversão da prática sexual que as delimitam. É possível identificar questionamentos diversos que recaem tanto sobre a sexualidade de pessoas trans, quanto de seus parceiros, retificando o genital como definidor e elemento essencial das relações afetivas entre os sujeitos.

19 O DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) é uma classificação de transtornos e critérios associados elaborada pela Associação Americana de Psiquiatria na intenção de ‘universalizar’ os quadros clínicos entre profissionais da área.



A cisnormatividade, aliada à heteronoma, recai inclusive sobre as interações entre pessoas trans, como nos convida a pensar Gael acerca de posicionamentos de outros homens trans na internet:

‘Ai, não fico com mulher trans, mulher trans não, que isso, eu quero uma mulher de verdade’... eu tinha vontade de vomitar na tela quando eu via isso, que eu acho a coisa mais nojenta do mundo, quem é você para falar, né? Super dentro do parâmetro, virou cis (Gael).

Quando pensamos em outras possibilidades analíticas, a busca por ‘mulheres de verdade’, em um regime regulatório cisnormativo, pode ser compreendida como uma (re)afirmação que demanda um corpo carregado de ‘verdade’ para legitimar determinadas experiências e mesmo identidades. A ‘mulher de verdade’ parece validar a heterossexualidade e, ao mesmo tempo, a posição legítima de gênero enquanto homem. Nessa direção, a coerência das identidades, papéis e práticas, a veracidade de determinadas relações e a verdade que se pretende operar nas sexualidades, parecem depender da legitimidade dos corpos. O relato de Nara ajuda a pensar como a passabilidade, para além de reiterar a noção de ‘mulher de verdade’, se constitui como elemento-segredo que, ao ser manipulado, pode produzir efeito de verdade:

Meu primeiro namorado Marcos, família classe média, me apresentou para família dele todinha, ele me apresentou não alegando que eu era trans, me apresentou normal. Ele usou minha cisnormatividade, da época, né? Porque hoje em dia já nem me sinto cisnormativa. E... Mas para os amigos dele, ele falou que eu era trans, mas para a mãe, para o pai ele não falou, ele contou só para os irmãos. Ai eu não sei se ele... não sei porque (Nara).

A leitura social feita de seu corpo, no limite do registro cisnormativo, encobre a diferença em relação à transexualidade, agenciada pela interlocutora junto a seu namorado na época. Nara particulariza o termo ‘cisnormatividade’ para sinalizar uma característica do próprio corpo que, em alguma medida, a possibilitava não ser identificada como trans. Poderíamos tomar a noção de armário proposta por Sedgwick (2007) para refletir sobre a experiência de passabilidade vivida por pessoas trans que, ao ser atravessada pela dinâmica revelação-segredo, já descritas pelas(os) interlocutoras(es) a partir de categorias como ‘conforto’, ‘perder-se na multidão’, obriga a reflexão sobre as consequências de revelar ou não a existência da diferença. Nesse sentido, seria a cisnormatividade o marco regulatório de tal problemática. Nara conta: *“teve um espanhol que me tratou como prostituta quando eu contei que era trans e ainda sugeriu que eu usasse o genital com ele. Como sou muito disfórica, já mandei ele para todos os infernos necessários”*.

Há múltiplas faces da experiência de passabilidade que incorrem em reverberações distintas a partir do contexto em que são vivenciadas. A cisnormatividade emerge como categoria êmica nas reflexões das(os) interlocutoras(es), especificamente sobre como as normas de gênero podem



atravessar seus corpos, justificando, no trabalho de Viviane Vergueiro (2015), sua utilização como categoria analítica. Seja no apagamento de traços e marcas da ‘fronteira de gênero’, no modo como corpos circulam pelos espaços e nas relações de sociabilidade (amigos, família, relações afetivo-sexuais), ou para conferir legitimidade para identidades e práticas sexuais, cisnormatividade e passabilidade tornam-se categorias de extrema importância epistêmica.

No que se refere as vivências de gênero compreendidas pela categoria ‘transição’, identificam-se duas formas estreitas de compreensão das vivências trans, ambas identificadas com ótica cisgênera: (a) patologização, como um enquadre normativo pela captura de uma narrativa individualizada de sofrimento; (b) crítica à reprodução dos estereótipos de gênero, supostamente reforçados por pessoas trans, que enfatiza o âmbito individual, excluindo uma reflexão sobre as regulações de gênero que redobram sobre tais corpos e sujeitos. Ante tais enquadres, a categoria cisnormatividade pode compor o escopo crítico analítico capaz de situar os efeitos das regulações de gênero rompendo com a estigmatização. Trata-se de ampliar recursos afetivos e semióticos e qualificá-los fora dos dispositivos que operam pela sua redução/captura no interior de redes de saber/poder, expandindo as possibilidades de experimentação, vivência e enunciação (BENTO, 2014).

5. Algumas considerações sobre (trans)masculinidades e cisnormatividade

A relação entre (trans)masculinidades, cisnormatividade e passabilidade revela dinâmicas específicas que se singularizam nas narrativas de homens trans. Gael, por exemplo, compartilha as dificuldades que vivencia frente às posições de sujeito que é convocado a assumir a partir da leitura social feita de seu corpo e os conflitos em jogo frente aos códigos de masculinidade hegemônicas:

Hoje eu tenho que aprender a lidar com isso, antes a menina podia passar e eu olhar ela, virava a cabeça para ela. Hoje eu não posso mais virar a cabeça para mulher, até essa questão do desejo eu tive que aprender a lidar, eu tive que aprender a ter uma espécie de respeito muito maior, porque o objeto do meu desejo é basicamente mulher [...] então rola essa questão da opressão, algumas coisas eu tenho que dar uma reprimida, olhar mulher na rua tem que... hoje eu já nem preciso mais fazer nada, já estou acostumado, aprender a não objetificar, porque a testosterona dá um tesão muito selvagem (Gael).

A fala sugere um conflito inserido na sua compreensão sobre as relações de poder entre homens e mulheres no espaço público. Assim, ao impor-se a missão de reconhecer não apenas a posição que deriva da leitura social que o identifica como homem: *“eu tenho que saber disso e entender que meu fenótipo é o fenótipo do opressor, mesmo que eu não me identifique totalmente com esse lugar”*, a reflexão que sustenta, quase como orientação ética sobre o próprio corpo, parece descrever um incômodo com os dividendos da relação de dominação/subordinação, que deriva, na



sua trajetória, na demanda por elaborar outra experiência de masculinidade, rejeitando o lugar de exercício de poder marcado pela figura de ‘opressor’.

Não vou falar que é por conta da idade, que eu só tenho 43 anos, mas é porque quando o masculino para mim foi colocado, ele era assim, mesmo quando eu era lésbica masculinizada, não podia quebrar a louça²⁰, mesmo quando eu era lésbica, eu era do grupo de lésbica masculinizada, ativa, né? Lésbica, masculinizada, ativa. Porque eu... principalmente no interior, tem muito disso, e é separado o negócio. Você tem respeito dos caras, no interior, se você ficar ali, firme e forte. Se você quebrar a louça, você já não tem o respeito das pessoas (Marcos, homem trans, 45 anos).

Negociar com a masculinidade, ou seja, produzir um corpo no registro do masculino, envolve, dentre outros fatores, mobilizar valores e códigos de gênero partilhados dentro dos grupos, entre os sujeitos situados no tempo, marcados por geração. Afirmar-se homem para Marcos, homem trans de 45 anos que cresceu no interior de São Paulo, sugere ter que assumir e – como parece indicar a expressão ‘quebrar a louça’ – determinadas posturas relativas a ser ativo, em oposição à passividade, impondo uma autoregulação contínua ao próprio sujeito da masculinidade. Outra expressão utilizada por Marcos – ‘morder o travesseiro’ – sugere também um questionamento à posição de macho pela analogia à uma posição sexual passiva (ser penetrado), descrevendo a masculinidade em questão como *“um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser”* (VALE DE ALMEIDA, 2000, p.17).

Junto ao marcador da geração, a localidade é colocada pelo interlocutor como outro fator definidor da relação que possui com o gênero, articulando masculinidade e localidade. Assim, se a masculinidade é negociada junto aos pares, garantir o respeito dos outros homens (cis) implica, para Marcos, ter que assumir determinadas posições que organizam as relações sociais mediante regras que conformam um modelo estritamente ideal e hierarquizado de masculinidade, praticamente inatingível e que exerce efeito controlador sobre todos os homens.

Sobre a interação entre masculinidade e regionalidade nas experiências de homens trans, Gael chama a atenção que *“as masculinidades dos homens trans variam de acordo com o Estado, eu já tive choques com caras de certos lugares do Brasil”* O relato, ao indicar as diferenças na construção de masculinidades entre homens trans, recupera ainda uma dimensão específica do reconhecimento pelo registro normativo, *“por exemplo, nordeste, mas aqueles caras são obrigados àquela masculinidade compulsória, porque se eles não forem, eles morrem, as pessoas matam”*. A

20 A expressão quebrar a louça parece sugerir uma preocupação minuciosa com os movimentos, a evitar qualquer ato descuidado que possa colocar em questão a posição de masculinidade, ou seja, ‘quebrá-la’.



norma produz exigências específicas sobre os corpos transmasculinos, informando os riscos da não-inteligibilidade de gênero.

Marcos retoma: *“essa coisa que você tem que mostrar o tempo todo, que algumas pessoas ainda cobram isso, que é diferente dessa galera de hoje. Se essa galera hoje com barba, faz mastectomia e quiser ‘pá’ dá, é normal, cara... para galera da minha geração, isso não é normal”*. Ter que ‘mostrar o tempo todo’ também ajuda a compreender o que propõe Vale de Almeida (2000), de que a masculinidade se produz em um regime de autovigilância frente ao grupo social, no qual todo passo é calculado e qualquer deslize pode colocar em risco o ‘respeito do grupo’, ou mesmo ‘levar à morte’, como relata Gael no caso de homens trans. Assim, quando o interlocutor narra tais relações, parece também indicar como está atravessado por elas, retirando-as somente do contexto de uma escolha individual, mas de um agenciamento junto às regras de masculinidade heterossexual e cisnormativa.

As diferenças em termos de geração, regionalidade (e também classe, raça/etnia), deixam vislumbrar que as negociações que envolvem o corpo, junto ao gênero, especificamente a masculinidade, implicam em posições situadas de sujeito, para as quais as interpelações e as possibilidades de se construir e enunciar enquanto homem são particulares e mobilizam recursos diferenciados. Durante o percurso de pesquisa, encontramos 4 pessoas localizadas no espectro das transmasculinidades, com definições distintas acerca de suas experiências. Contudo, é possível reconhecer, diante da multiplicidade, que os corpos são mutáveis e se modificam em um jogo no qual *“as marcas de gênero e sexualidade, significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias, e estão, indubitavelmente, envolvidas em relações de poder”* (LOURO, 2013, p.85).

6 Apontamentos finais e provisórios

As reflexões travadas orientam-se pela possibilidade de promover, em coletivo, condições para outras escutas, buscando assegurar vidas mais habitáveis mediante análise das regulações de gênero que atuam nas trajetórias de pessoas trans. Trata-se, contudo, de uma análise provisória, na medida em que seus caminhos abrem para novos – e possíveis – percursos de investigação, com vistas à compreensão das formas de funcionamento dos eixos de diferenciação, em intersecção, na produção de regimes normativos que distribuem diferencialmente o reconhecimento social, a legitimidade e a precariedade.



A defesa das categorias **cisnormatividade** e **passabilidade** no interior da maquinaria epistêmica de produção de conhecimento acadêmico busca ampliar o escopo teórico crítico frente a urgente desnaturalização das normas de gênero que incidem sobre as corporalidades estandardizadas e inconformes, possibilitando superar, no âmbito da teoria transfeminista e dos estudos de gênero de forma geral, a análise centrada na perspectiva cisgênera (BAGAGLI, 2016; VERGUEIRO, 2015). É importante salientar a urgência de colocar em questão os efeitos da cisnormatividade na produção de corporalidades não-trans, a fim de escapar do caminho já naturalizado que toma as corporalidades não-lineares como exemplo direto dos conceitos que estruturam as teorias de gênero, atualizando implicitamente enquadres como natural-artificial a partir da captura interpretativa de tais narrativas.

A desnaturalização das categorias sexo, corpo, natureza, biologia, dentre outras possíveis, indica o percurso urgente de historicização das oposições binárias que garantem a coerência dos sistemas de diferenciação em locais e momentos históricos particulares, oportunizando a elaboração de teorias que atravessam os diversos corpos, sem aliança com os essencialismos, mas posicionadas de forma crítica diante de um questionamento irresponsável do sujeito, caminhando para elaboração de uma proposta de genealogia política das ontologias capaz de desconstruir a substancialização dos gêneros, desmembrando seus atos constitutivos e localizando-os no interior das estruturas compulsórias estritamente policiadas (BUTLER, 2013; HARAWAY, 2004).

Referências

- ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades. *Estudos Feministas*, v.20, n.2, p.513-523, maio-agosto, 2012.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, v.1, n.5, p.87-100, maio-outubro, 2016.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. *Letras escreve*, v.7, n.1, p.137-164, janeiro-julho, 2017.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Florestan*, n.2, p.46-66, novembro, 2014.
- BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.151-172.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, v.22, p.201-246, janeiro-junho, 2004.



- LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.
- LOURENÇO, Daniel. Queer na primeira pessoa: notas para uma enunciação localizada. *Estudos Feministas*, v.25, n.2, p.875-887, maio-agosto, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre a prevenção da AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado (por Jesús Carrillo). *Cadernos Pagu*, n. 28, p.375-405, janeiro-junho, 2007.
- PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*. Estudos Feministas, v.19, n.1, p.11-20, janeiro-abril, 2011.
- PRECIADO, Beatriz Paul. *Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Madrid: Espasa, 2008.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, v.28, n.1, p.19-54, janeiro-junho, 2007.
- SILVA, Joseli Maria. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: *Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços*. SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin (Org.). Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p.143-182.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, Tomaz Tadeu (Org). Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p.73-102.
- SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press. Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia, 1989.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 2000.
- VERGUEIRO, Viviane Simakawa. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 224fs. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

